



BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

**Assembleia Geral Ordinária
26 de abril de 2019**



BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 02.762.113/0001-50
NIRE: 35.300.341.813

Prezado Senhor Acionista,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração ("Proposta") da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia a ser realizada no dia 26 de abril de 2019.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia

Nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09, nos termos do Item 10 do formulário de referência, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no Anexo I a esta Proposta.

2. Destinação de lucro líquido da Companhia

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 que trata da destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09 encontra-se disponível no Anexo II a esta Proposta.

3. Eleição de membros do Conselho de Administração

Conforme disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, as informações referentes aos candidatos para ocupar os cargos de membros Conselho de Administração da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo III a esta Proposta.



ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A BFRE é uma *holding* não financeira que tem como objeto social (i) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, (ii) a participação em empreendimentos imobiliários e (iii) a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital, mediante aporte da acionista PAN Holding S.A. ("PAN Holding"), no valor total de R\$100.000.000,00, por meio da emissão de 666 novas ações, sendo 222 ações ordinárias, 444 ações preferenciais, divididas em 300 ações preferenciais classe A e 144 ações preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pela própria acionista. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$7.661.784,69 para R\$ 107.661.784,69 no encerramento desse exercício, impactando os índices de endividamento total e parcial, conforme demonstrado no item b., abaixo.

Em 30 de setembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão total da PAN Holding, com versão de parcelas cindidas ao Banco PAN S.A. ("Banco PAN"), Brazilian Securities Companhia de Securitização ("BS"), BMSR II Participações S.A. e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. ("BMSC"). Com isso, a Companhia, que não recebeu versão de parcela cindida da PAN Holding, passou a ser controlada diretamente pelo Banco PAN, que atualmente detém 100,0% de seu capital social.

Em 2018 passou a vigorar o CPC 48 que alterou as regras de classificação e mensuração dos Instrumentos Financeiros. O efeito da alteração também foi adotado para o exercício de 2017, por critério de comparabilidade.

As informações constantes neste documento, relativas aos saldos patrimoniais e variações de resultado daquele exercício, refletem a adoção mencionada.

A gestão do caixa e dos investimentos da Companhia é feita de forma centralizada pela tesouraria do Banco PAN.

b. estrutura de capital

Considerando o Conglomerado PAN no qual está inserida, a BFRE apresenta um volume pouco relevante de ativos, como demonstrado no quadro abaixo.

R\$ mil	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Capital de Terceiros (Total)	12.290	7.608	12.514
Patrimônio Líquido	172.547	161.710	151.923
Nível de Endividamento Total (NET)	7,1%	4,7%	8,2%

NET – Total de Capital de terceiros sobre Patrimônio Líquido.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos



Conforme mencionado no Item 10.1.a. acima, a gestão de caixa e investimentos da BFRE é feita de forma centralizada pela tesouraria do Banco PAN, responsável também pelo controle dos recursos disponíveis para pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

O Banco PAN, por sua vez, tem como política de liquidez a manutenção de um caixa mínimo que garanta o cumprimento de todas as obrigações em um prazo de 90 dias, mesmo em cenários de *stress* de mercado. Para suportar essa política de liquidez, o Banco PAN conta com o suporte de seus acionistas controladores, Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("Caixa"), com os quais mantém acordos operacionais robustos de longo prazo. Atualmente, a Companhia não possui compromissos financeiros.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em função da situação atual da BFRE, não são necessários financiamentos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função da situação atual da BFRE, não são necessários financiamentos.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

i.v. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A BFRE não possui qualquer forma de endividamento bancário.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em função da situação atual da BFRE, limites de financiamento não são necessários.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

(R\$ mil, exceto percentuais)

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	Dez/18	Dez/17	Dez/16	Δ Dez18/ Dez17	Δ Dez18/ Dez16
Caixa e equivalente de caixa	9	14	6	-35,7%	50,0%
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	62.305	58.659	49.245	6,2%	26,5%
Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado	90.600	82.273	80.487	10,1%	12,6%
Impostos	30.314	25.876	33.696	17,2%	-10,0%
Outros ativos	1.609	2.496	1.003	-35,5%	60,4%
Total do Ativo	184.837	169.318	164.437	9,2%	12,4%



Caixa e equivalentes de caixa

Se referem a depósitos bancários. Em 31 de dezembro de 2018, esses depósitos totalizaram R\$ 9 mil, o que representou uma queda de 35,7% se comparado com o exercício de 2017 e um aumento de 50,0% se comparado com 2016.

Ativos financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. Em 31 de dezembro de 2018, esses instrumentos totalizaram R\$ 62.305 mil, o que representou um aumento de 6,2% se comparado com o exercício de 2017 e 26,5% se comparado com exercício de 2016.

Ativos Financeiros Mensurados pelo Custo Amortizado

Se referem a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2018, esses ativos totalizaram R\$ 90.600 mil, o que representou um aumento de 10,1% se comparado com o exercício de 2017 e um aumento de 12,6% se comparado com 2016.

Impostos

Se referem a créditos tributários, no montante de R\$ 11.357 mil, e, impostos correntes, de R\$ 18.957 mil. Esse montante representou um aumento de 17,2% se comparado com o exercício de 2017 e uma redução de 10,0% se comparado com 2016.

Outros ativos

Se referem a valores a receber, no montante de R\$ 1.609 mil, o que representou uma queda de 35,5% se comparado com o exercício de 2017 e um aumento de 60,4% se comparado com 2016.

(R\$ mil, exceto percentuais)

Passivo Circulante, Realizável a Longo Prazo e P.L.	Dez/18	Dez/17	Dez/16	Δ Dez18/ Dez17	Δ Dez18/ Dez16
Provisões	1.658	1.014	1.587	63,5%	4,5%
Passivos Fiscais	6.504	1.900	6.769	242,3%	-3,9%
Outros Passivos	4.128	4.694	4.158	-12,1%	-0,7%
Patrimônio Líquido	172.547	161.710	151.923	6,7%	13,6%
Total do Passivo	184.837	169.318	164.437	9,2%	12,4%

Provisões

Se referem a contingências trabalhistas e foram constituídas em 2018 no montante de R\$ 1.658 mil, o que representou um aumento de 63,5% se comparado ao exercício de 2017, e de 4,5% ao exercício de 2016.

Passivos fiscais

Se referem a impostos a pagar, no montante de R\$ 6.504 mil, o que representou um aumento de 242,3% se comparado com o exercício de 2017 e uma redução de 3,9% se comparado com 2016.

Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2018, totalizou R\$ 172.547 mil, o que representou um aumento de 6,7% e 13,6% em relação aos exercícios de 2017 e 2016 respectivamente em função dos resultados alcançados.



Análise das Demonstrações de Resultado dos Exercícios

Em R\$ Mil	2018	2017	2016	Δ	
				Dez18/ Dez17	Dez18/ Dez16
Receita / Despesas Financeiras	11.967	11.651	17.801	2,7%	-32,8%
Receita Financeira	11.967	11.651	17.801	2,7%	-32,8%
Despesas Gerais e Administrativas	4.941	4.722	(554)	4,6%	-991,9%
Outras despesas Administrativas	(1.627)	(1.353)	(608)	20,3%	167,6%
Despesas de Impostos	(1.694)	(1.335)	(1.060)	26,9%	59,8%
Outras receitas (despesas) operacionais	8.262	7.410	1.114	11,5%	641,7%
Lucro Bruto	16.908	16.373	17.247	3,3%	-2,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.725)	(5.567)	(5.769)	2,8%	-0,8%
Lucro Líquido	11.183	10.806	11.478	3,5%	-2,6%

Exercício 2018

Receita Financeira

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2018 foi uma receita de R\$ 11,9 milhões, compreendendo basicamente a rendimentos sobre CDB e CRI.

Outras despesas Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício de 2018 foram de R\$ 1,6 milhão, tendo sido compostas principalmente por despesas com ações filantrópicas, auditoria, publicação de demonstrações financeiras e cobrança.

Despesas de Impostos

As despesas com impostos apuradas no exercício de 2018 foram de R\$ 1,7 milhão, e, referem-se, basicamente, a PIS/COFINS sobre as receitas financeiras.

Outras receitas (despesas) operacionais

Referem-se, basicamente, a constituição/reversão de contingências, atualização monetária sobre ativos fiscais e recuperação de créditos no montante de R\$ 8,3 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se, basicamente, à alíquota de 34% sobre o resultado bruto da Companhia, no montante de R\$ 5,7 milhões.

Exercício 2017

Receita Financeira

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício de 2017 foi uma receita de R\$ 11,6 milhões, compreendendo basicamente a rendimentos sobre CDB e CRI.

Outras despesas Administrativas



As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício de 2017 foram de R\$ 1,3 milhão, tendo sido compostas principalmente por despesas com ações filantrópicas, auditoria e publicação de demonstrações financeiras.

Despesas de Impostos

As despesas com impostos apuradas no exercício de 2017 foram de R\$ 1,3 milhão, e, referem-se, basicamente, a PIS/COFINS sobre as receitas financeiras.

Outras receitas (despesas) operacionais

Referem-se, basicamente, a constituição/reversão de contingências, e, atualização monetária sobre ativos fiscais, no montante de R\$ 7,4 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se, basicamente, à alíquota de 34% sobre o resultado bruto da Companhia, no montante de R\$ 5,6 milhões.

Exercício 2016

Receita Financeira

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício de 2016 foi uma receita de R\$ 17,8 milhões, compreendendo basicamente a rendimentos sobre CDB e CRI.

Outras despesas Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício de 2016 foram de R\$ 0,6 milhão, tendo sido compostas principalmente por despesas com ações filantrópicas, auditoria e publicação de demonstrações financeiras.

Despesas de Impostos

As despesas com impostos apuradas no exercício findo em 2016 foram de R\$ 1,1 milhões, e, referem-se, basicamente, a PIS/COFINS sobre as receitas financeiras.

Outras receitas (despesas) operacionais

Referem-se, basicamente, a constituição/reversão de contingências, e atualização monetária sobre ativos fiscais, no montante de R\$ 1,1 milhão.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se, basicamente, à alíquota de 34% sobre o resultado bruto da Companhia, no montante de R\$ 5,8 milhões.

10.2. Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita da Companhia incluem receitas com juros e similares.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia não apresenta linhas operacionais de negócio.



b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Não aplicável.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia não apresentou qualquer evento ou operação não usual nos três últimos exercícios sociais.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As principais mudanças identificadas pela Companhia foram em virtude da adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e estão relacionadas a classificação, mensuração e redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros.

- CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” – este normativo visa substituir o CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e incluir: (i) modelo lógico de classificação e mensuração; (ii) modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta a perdas esperadas; (iii) remoção da variação da volatilidade no resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (iv) nova abordagem para contabilidade de hedge. Efetivo a partir de 01/01/2018. A adoção da norma foi aplicada retrospectivamente, de acordo com o CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros”. Os ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 foram reconhecidos em lucros acumulados líquidos de créditos tributários.

- CPC 47 – “Receitas de Contratos com Clientes” – este normativo requer que o reconhecimento da receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços ao cliente por um valor que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos destes bens ou serviços. Substitui o CPC 30 e o CPC 17. Efetivo a partir de 01/01/2018.

A Companhia avaliou os efeitos da adoção do CPC 47 e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos bens e serviços.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis



A seguir, apresentaremos, de acordo com o CPC 48 para a data base de 31/12/2017, a conciliação do Patrimônio Líquido.

	31/12/2017	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
De acordo com o CPC 38	160.422	12.618
Redução ao valor recuperável (1)	-	(2.745)
Impostos diferidos sobre os ajustes	1.288	933
De acordo com o CPC 48	161.710	10.806

(1) Nova mensuração em função do reconhecimento de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 para Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

De acordo com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Não aplicável.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos de novos negócios ou operacionais em andamento ou previstos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



ANEXO II

Comentários sobre a destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 11,2 milhões.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Em R\$ Mil

Descrição	Valor	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Dividendos a pagar até 31.12.2019	2.656	3,70	3,70	3,70	3,70

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Em R\$ Mil

Descrição	Valor	%
Lucro Líquido do Exercício de 2018	11.183	-
(-) Reserva Legal	(559)	-
Base de Cálculo	10.624	-
Dividendos a pagar provisionados	2.656	25,00%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve, no exercício de 2018, dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá distribuição de dividendos, ou juros sobre capital próprio, além do declarado no item 2, acima.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2019.



6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$ Mil

Classe ação	2018	2017	2016
ON	3.728	3.602	3.826
PN	7.455	7.204	7.652
Total	11.183	10.806	11.478

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em R\$ Mil

Classe ação	2018	2017	2016
Qtde. ON	239	239	239
Destinação ON	885	1.073	909
Qtde. PN	478	478	478
Destinação PN	1.771	2.146	1.817
Total	2.656	3.219	2.726

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 559 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos



Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos será no mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, após a destinação para reserva legal.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

A Companhia possui duas classes de ações preferenciais, quais sejam, PNA e PNB, para as quais será pago o valor global de R\$ 1.771 mil.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia possui duas classes de ações preferenciais, quais sejam, PNA e PNB, para as quais será pago o valor de R\$ 3,70 mil por ação.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme item 9.a.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.



b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado a reserva

O montante destinado a reserva estatutária foi de R\$ 7.968 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante transferido para a Reserva Estatutária consiste no Resultado do Período, descontado a Reserva Legal e provisão para pagamento de Dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.



b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



ANEXO III

Comentários sobre a indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Item 12 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09

12.5. Em relação a cada um dos administradores, indicar:

Conselho de Administração:

a. nome	Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto
b. data de nascimento	8/10/1963
c. profissão	Bancário
d. CPF ou número do passaporte	703.347.227-72
e. cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Diretor Presidente
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> nome e setor de atividade da empresa 	Caixa Capitalização S.A.; Caixa Seguridade Participações S.A.; Banco PAN S.A.; PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Brazilian Securities Companhia de Securitização; e PAN Arrendamento Mercantil S.A.
<ul style="list-style-type: none"> cargo 	Conselheiro de Administração da Caixa Capitalização S.A. e Caixa Seguridade Participações S.A.; Diretor Presidente do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio Ltda; Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Brazilian Securities Companhia de Securitização; Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da PAN Arrendamento Mercantil S.A.
<ul style="list-style-type: none"> se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	Sim, o Banco PAN S.A.; a PAN Administradora de Consórcio Ltda.; a PAN Arrendamento Mercantil S.A.; e a Brazilian Securities Companhia de Securitização.



ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor Presidente do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da PAN Arrendamento Mercantil S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Carlos Eduardo da Silva Monteiro
b. data de nascimento	7/7/1954
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	371.576.207-15
e. cargo eletivo ocupado	Vice-Presidente do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Empresa Gestora de Ativos – Emega; Banco PAN S.A.; PAN Arrendamento Mercantil S.A.; PAN Administradora de Consórcio Ltda.; e Brazilian Securities Companhia de Securitização
• cargo	Diretor da Emega; Diretor do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização; Membro Efetivo



	do Conselho de Administração da PAN Arrendamento Mercantil S.A.
<ul style="list-style-type: none"> se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	Sim, o Banco PAN S.A.; a PAN Arrendamento Mercantil S.A.; a PAN Administradora de Consórcio Ltda.; e a Brazilian Securities Companhia de Securitização.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização; Membro Efetivo do Conselho de Administração da PAN Arrendamento Mercantil S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Alex Sander Moreira Gonçalves
b. data de nascimento	2/4/2019
c. profissão	Bancário
d. CPF ou número do passaporte	668.687.186-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> nome e setor de atividade da empresa 	Banco PAN S.A.; PAN Arrendamento Mercantil S.A.; PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Brazilian Securities Companhia de Securitização; e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.

<ul style="list-style-type: none"> cargo 	<p>Diretor do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio; Membro Efetivo do Conselho de Administração da PAN Arrendamento Mercantil S.A.; e Membro do Conselho de Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e Administrador da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.</p>
<ul style="list-style-type: none"> se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor 	<p>Sim, o Banco PAN S.A.; a PAN Administradora de Consórcio Ltda.; a Brazilian Securities Companhia de Securitização; a PAN Arrendamento Mercantil S.A.; e a BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor 	<p>Diretor do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio; Membro Efetivo do Conselho de Administração da PAN Arrendamento Mercantil S.A.; e Membro do Conselho de Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e Administrador da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> i. qualquer condenação criminal 	<p>Não há</p>
<ul style="list-style-type: none"> ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas 	<p>Não há</p>
<ul style="list-style-type: none"> iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	<p>Não há</p>